

Composição superestrutural do patrimônio cultural de Caxias do Sul: considerações acerca de sua apropriação para o turismo¹

Arq. Letícia Elisa Bisol²

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César³

Resumo: Estuda-se os elementos constituídos do turismo cultural de Caxias do Sul (RS). Esta pesquisa é de caráter exploratório com uma relação que sobrepõe entendimentos heurísticos baseada, como método, em uma discussão que utiliza uma abordagem histórico-espacial como (proposto por David Harvey). O objeto da pesquisa é o recurso histórico-cultural de Caxias do Sul (RS) e sua apropriação como atrativo turístico. Desta maneira, definem-se os seus elementos urbano-arquitetônicos e analisam-se duas questões: seu arcabouço superestrutural- referente às políticas urbanas, de preservação/conservação; seu posicionamento e apropriação, ao reconhecer os atores sociais envolvidos nas dinâmicas urbanas cotidianas presentes. Tem-se como hipótese: que a distância que esses se situam de valores de um capitalismo contemporâneo e corporativo, presente nas lógicas mundiais, o que tem dificultado sua elaboração como produto turístico cultural. Elenca-se e diferencia a localidade, a cidade, como categoria específica de análise, buscando compreender e apresentando sínteses de suas formações socioeconômicas que o retrata como unidade e parte de uma região compreendida como Serra Gaúcha (RS). Estudam-se os atores sociais envolvidos com suas políticas para o patrimônio cultural e reflete a disponibilidade de transformação dos recursos culturais com atrativos e produtos turísticos.

Palavras-chave: Turismo cultural, políticas pública, planejamento turístico, Serra Gaúcha, Cidade histórica e patrimônio.

INTRODUÇÃO

A Serra Gaúcha caracteriza-se por ter importantes destinos do turismo nacional. Desses, destacam-se Bento Gonçalves (RS) e Gramado (RS) como indutores, segundo o Ministério do Turismo. Nota-se na região alguns valores caracterizadores na formação da oferta de atrativos para a visitação: um forte apelo como zona de migração européia, principalmente alemã e italiana, a produção vitivinícola e de produtos coloniais e os aspectos climáticos.

O elementos citados são alguns dos valores formadores dos produtos turístico desta região e somam-se a eles, o apelo do turismo de negócios e eventos. Entretanto, a produção apresenta um apelo histórico-cultural, deixando-a com uma característica

¹ Parte da pesquisa desenvolvida com recursos do CNPq

² Arquiteto e urbanista e mestranda em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Contato de email: leticia.bisol@gmail.com

³ Arquiteto e urbanista, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente Adjunto II do CEAA e do PPGTur (Mestrado) da Universidade de Caxias do Sul. Contato de email: pabcesar@ucs.br

marcante, que mesmo tempo, é um diferencial dos atrativos. Nesta questão sempre fica um questionamento da baixa utilização de certos patrimônios e de áreas históricas consolidadas.

Áreas com consistente acervo histórico-arquitetônico representam um importante recurso para a atividade turística (Henriques, 2003; Pellegrino, 2000), embora sua utilização seja observada mais como atrativo, ou mesmo, como equipamentos urbanos de serviços. Seu posicionamento como atrativo turístico leva a refletir sobre a maneira que o Poder Público os têm tratado; muitas vezes as palavras restauração, memória, identidade e turismo são recorrentes no trato com estes bens culturais no que diz respeito à comunicação dos órgãos e poder público. Esta situação parece criar um hiato, distanciando seu reconhecimento como patrimônio agregado de nossos valores sociais, como a visitação turística.

Aspectos distintos envolvem os valores memoriais de Caxias do Sul (RS) que podem ser associados a uma apropriação turística. Na formação da identidade regional pela imigração italiana, tem-se como importante referência a obra literária “O Quatrilho”, além de tudo a pesquisa desenvolvida por um grupo, que o autor, Prof. Dr. José Clemente Pozzenato representa. A obra reforça os valores citados e torna-se filme, e mais, foi a primeira obra cinematográfica nacional a concorrer ao prêmio do Oscar da Academia de Cinema de Hollywood, nos Estados Unidos. O romance, retrata a cidade de Caxias do Sul, na década de 1910, período com um forte valor nas transformações urbanas regionais. Nesta época, a localidade começa a adquirir elementos mais marcantes de transformação econômica, embora tenham sido mostrado na literatura os aspectos mais tradicionais e bucólicos da sociedade. Desta maneira cidade imaginada pelo processo de imigração italiana tem preservado referenciais na cidade atual.

As filmagens ocorreram na região da Serra Gaúcha. Embora o filme retratasse como se fosse uma única cidade, Caxias do Sul, não continha mais os aspectos bucólicos citadinos necessários. Assim, utilizou-se a cidade de Antônio Prado (RS), por ter um casario central preservado e tombado, que é referência memorial de um cotidiano migratório e do assentamento no início do século passado.

Caxias do Sul precisava de uma referência identitária, que resultou na construção do simulacro do núcleo urbano no início do século XX (Figura 1) em um parque local. O momento histórico que foi retratado, mais tarde, no ano de 1910 passaria por uma profunda mudança com a vinda da ferrovia. A nova estrutura urbana no entorno da estação contava com edificações, galpões de armazenamento, indústria e residências que davam um perfil de modernidade. Um século depois, a moderna cidade atual ainda preserva o local histórico e seus elementos.



Figura 1: Replica de Caxias do Sul no Pavilhão da Festa da Uva

Fonte: Próprio auto (2012)

Parte-se do pressuposto que Caxias do Sul tem muito dos seus valores cotidianos relacionados com seus referências históricos e arquitetônicos. É Possuidora de importante acervo arquitetônico tombado, embora ele apresente papel diferente no cenário socioeconômico atual. A pujança industrial, com as instalações e importantes empresas no setor metal mecânico contrasta o ideário de um povoamento colonial e uma produção que era baseada em aspectos pré-capitalista, com seus produtos alimentícios e artesanatos. Assim com esta pesquisa espera-se compreender como os sujeitos e as Políticas públicas se posicionam para os usos do acervo arquitetônico, e suas possibilidades para o turismo.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objeto da pesquisa é o recurso histórico-cultural de Caxias do Sul (RS) e sua apropriação como atrativo turístico. Desta maneira, definem-se os seus elementos urbano-arquitetônicos e analisam-se duas questões: seu arcabouço superestrutural, (referente às políticas urbanas e de preservação/conservação) e seu posicionamento e apropriação, ao reconhecer os atores sociais envolvidos nas dinâmicas urbanas cotidianas presentes. Tem-se como hipótese que a distância que esses se situam de valores de um capitalismo contemporâneo e corporativo, presente nas lógicas mundiais, tem dificultado sua elaboração como produto turístico cultural.

Na pesquisa, de certo caráter heurístico, são levantados o arcabouço legal, político e institucional do patrimônio edificado. Desta maneira, espera-se ter um panorama de como são elencados, tratados, dando oportunidade de uso ao patrimônio histórico-cultural edificado. Espera-se, assim, estabelecer um reconhecimento das maneiras que suas cartas legais foram constituídas e como as abordagens se constituem. Realiza-se também observação indireta com o levantamento dos atores sociais envolvidos na apropriação do local, como referência ao desenvolvimento da atividade econômica, principalmente, e as sociais.

Busca-se compreender como se contrastam seus fundamentos urbanos patrimoniais com as possibilidades turísticas. Tem-se como hipótese que o seu não posicionamento com uma perspectiva contemporânea de envolvimento do patrimônio como recurso de uma indústria cultural, justifica que o papel de destaque, conforme sua produção, se posiciona segundo a teoria do lugar central (Christaller, 1964), ou mesmo na atualização por Sassen (2010). Na justificativa dos aspectos turísticos, refletem-se essas pelas teorias dos circuitos econômicos (Santos, 2004b) e sua situação atual. Essas definem conceitos urbanos que aqui são confrontadas na forma de cenários idealizados, para a produção capitalista e sua realização na definição da localidade turística. Na pesquisa, sabe-se inclusive do perigo da adoção distintamente no planejamento urbano, sem uma abordagem social. Assim, sua utilização prática perpassa no reconhecimento da participação local. Neste estudo, sua aplicação se faz meramente técnica, para que sirvam de argumento para realidade concreta posterior. Porém, um confronto realiza-se na definição de novas hipóteses para uma intervenção urbana possível com a intervenção social.

O estudo das lógicas superestruturais possibilita a idealização de um aspecto real, resultante da posição do olhar e das possibilidades colocadas pelos poderes públicos. Determina-se assim, na pesquisa o contraste entre relações abstratas presente, panoramas teóricos e práticas espaciais encontradas no presente concreto. Embora, dar-se sob um vago aspecto weberiano (Yázigi, 2009), essa se supera em muitos aspectos suas tradições tipológicas, inclusive confrontando entre sociedade, objeto e sujeito. A pesquisa direciona por uma perspectiva crítica, no seu compromisso, embora este se trate de um recorte inicial de um estudo amplo em elaboração. Ao partir do pressuposto que os detentores das decisões das zonas históricas não estão nos seus próprios locais. Surge o questionamento acerca de onde localizam os centros de decisões desses locais.

Provavelmente, o mercado define o que Milton Santos denomina de pontos luminosos para o capitalismo, atribuindo novas funções ao patrimônio. Assim, as apropriações das áreas com reconhecimento do valor histórico para o turismo estão condicionadas com lógicas externas das ações e relações locais. Desta maneira, realiza-se um estudo que aproxima da proposta de método estabelece como “histórico-espacial” (Harvey, 2004).

Na presente pesquisa realiza-se uma avaliação das Políticas Públicas para o Patrimônio da localidade. Busca-se também identificar os Agentes envolvidos na produção espacial. Espera-se desta maneira, apresentar valores para um diagnóstico das condições de apropriação destas áreas. Nesta condição, refletem-se novas possibilidades do reconhecimento ao estabelecer os elementos para a realização de planos turísticos posteriores.

A CIDADE: DE FATOR SOCIAL A ATRATIVO TURÍSTICO CULTURAL

Compreender a cidade como categoria de análise exige um esforço conceitual. Diversos campos científicos o têm utilizado como objeto. Entretanto, neles se trazem o estudo para seus campos epistemológicos respectivamente. Assim, seu entendimento como uma categoria social autônoma exige considerações específicas.

Diferenciados autores emprestam importantes análises para o reconhecimento da cidade. Esta pesquisa, ora apresentada, parte de aspectos do deslocamento epistemológico de Lepetit (2011) ao trabalhar com História Urbana. Assim, trata-se do urbano, seu processo, sua elaboração por um estatuto que ao defini-lo, se reconhece o papel da cidade como categoria da História. Esse mesmo autor reforça que desde a década de 1960 inicia-se sua formulação científica. Pensa-se também em outros campos disciplinares que estudam a cidade. Neles, pode-se incluir, ao envolver, por exemplo, diretamente a geografia como “a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais e estas interpretam os objetos” (Santos, 1997, p.57). Estas abordagens apresentam lógicas e, respectivamente, teorias que propõem a responder demandas diretas, como sinopse de conjecturas de determinados campos. Sua validade real reside em constituições que implicam “na consonância das proposições deduzidas com os fatos ocorridos” (Horkheimer, 1991, p.31). Sua observação deve ser associada diretamente aos princípios teóricos, mesmo que residente em diversos campos disciplinares. Entretanto, tão díspar nas suas formulações, o conhecimento da cidade perpassa uma complexa construção teórica e metodológica com pouca tradição acadêmica.

A cidade tem sido muito pontuada, mas não como um fator social que engendra a sua sociedade. Muitas vezes, sua função tem sido abordada como pano de fundo de atos diversos, como pode ser observado em Baudelaire (1997), que estabelece o seu sujeito, que no ambiente da modernidade dialoga com representações e olhares pela cidade, e seus consumos. Desta maneira, parte se compreende, estabelecendo uma associação diletta com o lugar. Situação observada por Magnani (1984) quando refere ao **pedaço**, relacionando a um local privilegiado das relações do cotidiano. Nesta mesma linha utilizada na antropologia, estudam-se áreas públicas, como as praças (Frúgoli, 1995) e as ruas (Levi-Strauss, 1995; Da Mata, 1985 e Magnani, 1984, 1986 e 2005).

Normalmente a análise da cidade se faz por um arcabouço de fatos, argumentos e relações históricas. Porém, seu reconhecimento por uma dimensão social do objeto pode ser feita por analogia do **fator social** e suas categorias definidas como **coisas**, não coisas materiais, mas como “objetos do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural” (DURKHEIM, 1968, p.xxi), e formulada por observação e experimentação. Embora não se pretenda aprofundar no conceito durkheimiano, também não se quer negar o seu papel nas formações de estatutos sociais

estabelecidas por este cientista. De fato, espera-se se aproximar de formações epistemológicas estabelecidas ao **espaço**, como dimensão de produção social alcançado no entendimento atual da geografia (Santos, 2004). Nesta condição, seu panorama ontológico se estabelece, ao engendrar as relações sistêmicas da sociedade como formação coletiva. Nele se define “uma ordem de fator que apresente características muito especiais: consiste em maneira de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotados de poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (Durkheim, 1968, p.3). Representam ações da sociedade qualificando a cidade como detentora de especificidades sociais.

Sabe-se da força social na formação urbana. Assim, a sociedade reelabora a fisionomia e caracteriza as cidades. Quando se pensa nela como dimensão ou como fator, desloca-a de simples categoria de análise, ou condição urbana, para tê-la como detentora de relações específicas que interferem nas ações de seus indivíduos. Porém, o reconhecimento desta condição, com certa autonomia, não se faz sem desconsiderar que, atualmente, a globalização tem imposta a cada momento, a formulação de novos centros de decisões que interferem diretamente no futuro de uma localidade. Esta questão embora contraditória, permeia o entendimento da cidade, principalmente no que relaciona as lógicas econômicas.

Analisar a cidade como dimensão social envolve o seu reconhecimento ontológico. Espera-se sua sustentação em teorias do espaço que justifiquem suas especificidades. Entretanto, sabe-se:

Quando uma teoria nova ou nova idéia entra em cena, geralmente se apresenta algo desarticulada, contém contradições, não é clara a relação em que se coloca para com os fatos, e são abundantes as ambigüidades. A teoria está repleta de imperfeições. Pode, não obstante, ser trabalhada e aperfeiçoar-se (Feyerabend, 1977, p.288).

Neste momento, entretanto, busca-se somente reconhecer a força do objeto como detentora de fator social. Não se tem a ambição de desdobrar maiores reflexões teóricas. Espera-se somente posicioná-la reconhecendo sua dimensão possível.

A cidade, recorte do espaço total, objeto constituído de relações sociais e individuais, verticais e horizontais, tem nas suas *práxis* a maneira inicial de sua análise. Nas práticas urbanas constituídas são observadas as estruturas estabelecidas entre o sujeito, os objetos e ações. Nelas, refletem-se, por relações de contradições diversas, produções e ações, seja do indivíduo ou de seu coletivo, ambos se alterando por forças horizontais em choque e sobre o reflexo de outras produções que se faz em um sistema de objetos que o circundas em “sistema horizontais em que os objetos considerados desenvolverão livremente suas estruturas e suas leis” (Sartre, 1972, p.68). Nela se estabelece uma autonomia vertical relativa. Na realidade concreta do objeto, busca-se o esforço de compreender com seus elementos constitutivos

primários, e na compreensão das relações locais e globais, as definições por analogias e por contrastes gerais e específicos.

[Afinal] não podemos descobrir o mundo a partir de dentro. Há a necessidade de um padrão de crítica: precisamos de um conjunto de pressupostos alternativos ou – uma vez que esses pressupostos serão mais gerais, fazendo surgir, por assim dizer, todo um mundo alternativo – **necessitamos de um mundo imaginário para descobrir os traços do mundo real que supomos habitar** (e que talvez, em realidade não passe de outro mundo imaginário) A primeira fase da crítica que dirigiremos contra os conceitos e processos comuns, o primeiro passo na crítica aos ‘fatos’ há de consistir, portanto, em uma tentativa de romper o círculo vicioso (Feyerabend, 1977, pp.42-3).

No momento atual, se elabora uma epistemologia contemporânea que ressalta valores globais. Nestes, contrastam teorias críticas e leis das relações e produções sociais, e as específicas no sistema de ações e no sistema de objeto, e suas epistemologias internas como “procedimento de conhecimento” (Japiassu, 1991, p.17). Espera-se neste estudo seu reconhecimento, ao confrontar os desdobramentos das Políticas Públicas com os atrativos culturais e suas relações com as dimensões presentes no cotidiano.

Estabelecido os sujeitos e objetos da pesquisa, ou seja, a **sociedade** e o **espaço social**, propõem-se um recorte apreciando o **morador**, o **visitante** ao mesmo tempo que em retrata a área de estudo como **lugar** e **território**. Nestes locais, por diversos arranjos são definidos valores hierárquicos que justificam seus objetos geográficos, definidos pelas forças sociais, embora não se fazendo isento de ações de sistemas maiores elaborados. Nesta condição são justificadas as forças do regional, do global nas suas possibilidades que se realizam na necessidade de reproduções diversas.

Reconhecer a cidade como fator social torna-se pressuposto estabelecido na elaboração teórica dessa pesquisa. Reconhecimento este que envolve inúmeras possibilidades de estudo. Entretanto, contraditoriamente, ao invés de estabelecer valores para estas construções em uma formulação ontológica, adota-se como valor definido para um olhar epistemológico.

Nesta dimensão, se estabelece como recorte a **cidade história**. Agrega-se a este recorte, mais especificamente, seu valor como **turística** (Ashworth & Tunbridge, 2000). Lugar que com sua vivência própria justifica suas formas, direcionamentos sociais e econômicos, a cidade tem na dinâmica de assentamento a formação de áreas, de forte apelo histórico cultural. Normalmente, por esvaziamento de suas funções originais, estas áreas por meio de novos processos, têm características que o desabonaram de participar de circuitos dinâmicos de investimentos por décadas. Porém, atualmente, a força da indústria cultural, associada a novas lógicas urbanas tornaram possíveis novas utilizações, o que soma com as necessidades do mercado turístico.

Importante apresentar algumas idéias gerais acerca de cidade histórica. A esta não se remete a um conceito da cidade em sua totalidade. Sua atribuição tem um aspecto funcional, e associa principalmente a certas referências e valores simbólicos dados por uma parcela de uma área urbana. Afinal, toda atividade humana produz história, e parte desta materialização retrata ao edificado. Assim, por uma ideia generalista, toda porção espacial no mundo alterado tem sua história. A cidade histórica torna-se um conceito definido e utilizado por diversas áreas do conhecimento e que relaciona a um lugar com forte valor patrimonial ou memorial (Oliveira, 2003, p.35). Nestes locais, suas formas materializadas constituem “importantes elementos definidores da imagem e do esforço da identidade da cidade, a que pertence” (Henriques, 2003, p.13).

Entretanto, com a obsolescência destas áreas, tornam-se necessárias novas realizações. Sabe-se que, muitas vezes, a cidade (e regiões em alguns casos) que por muitas décadas tiveram nestes locais, motivos de formulação do seu desenvolvimento urbano, de formação de valores inclusive para o cotidiano de seus moradores, não conseguem posicioná-las imediatamente. Entretanto, os valores de referência histórica possibilitam a formação nelas de agregar novas atividades como as turísticas, de lazer e a culturais.

A reprodução espacial no processo capitalista sempre privilegia determinados locais em detrimento de outros. A esses, denominados de zonas luminosas e zonas opacas, respectivamente, determinam as contradições inerentes na formação econômica e socioespacial. Seu reconhecimento possibilita ações e intervenção, como comumente se faz por políticas de ações regionais.

Os entendidos do espaço sobrepõem, em muito, a simples lógica do reconhecimento das relações de vizinhança de um local. A localidade perpassa a sua condição de espaço banal, das dinâmicas cotidianas, e se estabelecem as referências mundiais, e agregando de aspectos constituintes contemporâneo, definido por Santos (2004) como técnico-científico informacional. Sua abordagem no mundo global tem por característica: Ser espaços marcantes na economia internacional; Reconhecimento altamente especializado; Concentrar em pequenas unidades e com alta circulação de fluxos diversos. Sua produção justifica por seu posicionamento localizacional e com forte tensão de interesse dos mais diversos e com atores econômicos dos mais distantes pontos do planeta (Santos, 2005, p.147).

O atendimento dessas condições estabelece as suas **luminosidades**, ou seja, o interesse do capital econômico em sua produção. Suas relações retratam os mais diversos interesses horizontais e verticais. O território, é definido nesta reprodução sempre como espaço vital para grupos específicos que necessita dele para a sua produção social. Esta situação do cotidiano, muitas vezes estabelece confrontos das mais diversas ordens. Na horizontalidade, o cotidiano se sobrepõe; na verticalidade “agrupam áreas ou pontos, ou serviços de atores hegemônicos não raro distantes”

(Santos, 2005, p.151). Assim, nesta pesquisa, estudam-se as respectivas localidades. Estabelecido o recorte nas elaborações superestruturais legais definidas nas Políticas Urbanas e do Patrimônio, espera-se posicionar essas áreas no contexto da composição da sociedade contemporânea e globalizante.

ALGUNS ASPECTOS PARA CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE CAXIAS DO SUL (RS)

Caxias do Sul, segunda maior cidade do Rio Grande do Sul, localiza-se na Encosta Superior Nordeste do Estado (Tonus, 2007). De acordo com os dados do IBGE possui 435 mil habitantes. Ciclos econômicos: o cultivo da uva e do vinho, embora hoje o destaque se dá a cidade ser o segundo polo metal-mecânico do Brasil. (Caxias do Sul, 2014).

Alguns aspectos marcantes em sua formação urbano-social: quase no final do governo imperial, mais especificamente em 1875, inicia-se a formação da Colônia Fundos de Nova Palmira. Programada para ser povoada por imigrantes, recebeu levas de famílias oriundas da Itália. A grande crise que existia na península itálica justifica o acordo firmado entre os governos brasileiro e italiano para esta vinda. No ano de 1877, se estabelece sua sede, denominada de Dante, na atual área central de Caxias do Sul (Posenato,1983. Weimer,1987, Tonus, 2007). Em abril de 1884, a Colônia Caxias teve sua emancipação colonial, sendo anexada ao Município de São Sebastião do Caí, no mesmo ano, o culto católico deixa de pertencer a Paróquia de São José Hortêncio de Feliz (Machado, 2001) adquirindo sede religiosa. Assim, Colônia Caxias transforma-se na Vila de Santa Tereza de Caxias em 1890. No primeiro dia do mês de julho de 1910, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, a eleva a categoria de município: Caxias do Sul (Machado, 2001; Costa, 2001). No mesmo foi inaugurada a Estação São Pelegrino, estação ferroviária.

A década de 1920, a localidade recebe obras de infraestrutura urbana, a Praça Dante Alighieri, principal e central área livre da cidade, teve sua topografia nivelada; algumas ruas que receberam pavimentação e iluminação pública. Cria-se no primeiro ano desta década o Código de Posturas, que faz restrições às edificações feitas em madeira nas vias principais da cidade. Esta condição legal, força e impulsiona as edificações de alvenaria na cidade, comumente com características ecléticas (Costa, 2001). O ano de 1925 marca-se os festejos de comemoração dos 50 anos da colonização italiana com a inauguração do Parque Cinquentenário (Machado, 2001).

Na primeira metade do século XX, a principal e mais rentável atividade econômica era a produção de uva e vinho, com isso, em 1931 surge a Festa da Uva que, no ano seguinte, adquire características ainda hoje adotadas (Giron, 2010). Esta festa é um

dos principais atrativos turísticos da cidade. Entre os anos de 1937 e 1945, o centro da e bairros próximos recebem obras de pavimentação (Kirst, 2010), principalmente a Rua Julio de Castilhos, hoje Avenida. Até 1948 existiam quatro bairros oficiais na cidade: Santa Catarina, Medianeira, Rio Branco e São Pelegrino (Machado, 2001), além de uma área de ocupação irregular.

Na década de 1950, a economia da cidade, que até então era predominantemente agrícola, passa a ter um quadro de crescimento industrial; (Tonus, 2007). Neste período, reinicia-se a Festa da Uva- paralisada devido à Segunda Guerra Mundial. Em 1954 o Presidente Getúlio Vargas participa do evento e Inaugura o Monumento Nacional ao Imigrante (Giron,2010). Na década seguinte, a anexação de cursos de graduação da instituição pública municipal e de outra confessional definem a criação da Universidade de Caxias do Sul. Marca-se o ano de 1975 pelas comemorações do centenário da Imigração Italiana e também pela elaboração de seu novo Plano Diretor. Neste momento, o município possuía um parque industrial definido, com predomínio de indústria metal-mecânica (Machado, 2001). Na década de 1990, a economia local por um processo de modernização, adaptando-se às novas demandas e as mudanças da economia brasileira.



Figura 2: (a) Vista parcial da cidade em 1904. (b) Inauguração da estação férrea, 1910.
Fonte: Costa, 2001.

AS LÓGICAS SUPERESTRUTURAIS: ASPECTOS LEGAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O projeto: “VICTUR- Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios” (Tonus, 2006) tem importância fundamental nas novas dimensões superestruturais do turismo e patrimônio cultural em Caxias do Sul. Como o próprio nome indica, suas ações tiveram como direcionamento estas questões, ressalta-se que o projeto é fruto do Programa URB-AL desenvolvido pela hoje pela União Européia nos mais diversos enfoques.

De outubro de 2004 a junho de 2007, se desenvolve na cidade de Caxias do Sul o Projeto Victor (UCS, 2014), (financiado pela Comissão Européia), dando ênfase ao estudo das condições de implantação da prática de turismo cultural. A parte institucional política coube à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e, sua elaboração técnica, à Universidade desta cidade. Por meio de um amplo inventário realizado no município, foram diagnosticadas e apresentadas proposições diversas. Destacam-se, nesta pesquisa duas questões específicas: A elaboração do Diagnóstico das Paisagens Notáveis no Município de Caxias do Sul -por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCS.; a proposta de Planificação Territorial no Município de Caxias, com a institucionalização das Zonas de Interesse Turístico – ZITs, esta apresentada pela equipe técnica que elaborava o Plano Diretor do Município.

O Plano Diretor atual de Caxias do Sul nasce comprometido pelas ações realizadas pelo programa Urb-Al. Assim, os interesses da Comunidade Européia, hoje União Européia, de apresentar uma qualificação paisagística e patrimonial ao território de Imigração Italiana é consolidada em forma de lei. Caracteriza-se o Plano Diretor Municipal (PDM) de Caxias do Sul como principal instrumento com relação às diretrizes aos bens culturais. Em muitos aspectos, esse se configura como o único instrumento legal, para normatizar e dar diretrizes de utilização do patrimônio cultural, arquitetônico e urbano, este mesmo instrumento, aborda sobre os locais de interesse turístico e paisagístico.

A elaboração do PDM de Caxias do Sul iniciou no ano de 2005. desta O prefeito Jose Ivo Sartori (PMDB) reuniu mais de quarenta profissionais, dezesseis entidades representativas da sociedade e os servidores municipais. O grupo iniciou a discussão acerca da montagem, discussão e avaliação de um futuro Plano Diretor Municipal (PDM). Estes profissionais fizeram levantamentos, estudos e identificaram sítios, ruínas, expressões históricas com elementos materiais e imateriais, locais de valor cultural, paisagístico e arquitetônico- na zona rural e zona urbana. A cidade apresenta uma diversidade e o que poderia ser um problema, foi transformado em potencialidade para um futuro uso cultural. (Tonus, 2007).

" A partir do conhecimento e reconhecimento desta diversidade, os trabalhos buscaram transformar o que seria um aparente problema à caracterização da identidade cultural do município, em potencialidades e vantagens" (Tonus, 2007, p.20).

O Plano Diretor instrumentaliza-se como ferramenta técnica e política, seu conteúdo contempla orientações; planos de ações para o setor público e privado, referente aos espaços urbanos e rurais nas diversas atividades desenvolvidas na localidade. Tratam-se das possibilidades, princípios e limitações territoriais. No início do PDM tem-se o segundo e terceiro artigo que elencam os dez princípios e diretrizes gerais. Elementos

considerados de grande validade para este estudo: o oitavo, nono, décimo- princípio e a oitava diretriz.

[...]VII- a preservação do meio ambiente natural e do equilíbrio ecológico, respeitadas as vocações locais;
IV- a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, como recurso a ser usado para o desenvolvimento;
X - promoção da inclusão social." (Plano Diretor Municipal, 2008)"
"[...] VIII- o patrimônio natural e patrimônio cultural, material e imaterial, serão objetos de promoção, preservação, recuperação, considerados como elementos fundamentais da identidade histórica e cultural do Município e fonte de desenvolvimento, de atividades produtivas, estudo e pesquisa.[...](Caxias do Sul, 2007, s.p.).

O Capítulo II trata do zoneamento territorial e estabelece a divisão do município em zonas, áreas e setores. Assim, divide-se o município em 15 tipos de ocupação, são elas: **Zonas de Centro- ZC**, Zonas Residenciais- ZR, Zonas Industriais - ZI, Zonas de Uso Misto - ZUM, Zona das Águas - ZA, Zonas Especiais - ZE, Zonas de Ocupação Controlada - ZOC, **Zonas de Interesse Turístico - ZIT**, Zonas de Produção Rural - ZPR, Zonas de Expansão Urbana - ZEU, Zonas de Mineração - ZM, Zonas de Interesse Ambiental - ZIAM, Áreas de Proteção Ambiental - APA, **Setores Especiais - SE**; as Zonas. Destacam-se as ZC, ZIT e os SE, que serão detalhadas nesta pesquisa.

Nas Zonas de Centro, os locais de interesse turístico e de preservação do patrimônio arquitetônico são apenas pontuais. Nas ZIT tem um caráter indicativo de estabelecer áreas com possível potencial para as atividades turísticas. Todas essas são áreas com forte apelo por uma paisagem cultural relacionada à herança italiana. Sua aplicabilidade está em uma “e avaliação de grupo ou comissão gestora específica”. (Caxias do Sul, 2007, s.p.). As áreas dos Setores Especiais justificam-se por características locais, funcionais ou de ocupação urbanística. Destes, os:

Setor Especial de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico - SIH [que]- são áreas formadas por sítios, locais, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural, paisagística e arqueológica, bem como seus respectivos entornos, cuja manutenção seja necessária à preservação de patrimônio histórico-cultural do Município (Caxias do Sul, 2007, s.p.).

No Plano Diretor, dá-se destaque ao uso e ocupação do solo. Assim, estas destinações de uso são de acordo com as categorias: habitacional, serviços de saúde, segurança e educação, locais para reuniões públicas, esportes, transportes, comercial e de serviço, industrial, produção primária/rural. O zoneamento estabelece as destinações de ocupação do solo que recebem monitoramento conjunto e com o intuito de orientar a expansão e novas funcionalidades no município.

Nesta pesquisa o destaque dado ao patrimônio arquitetônico torna-se relevante. A Seção II é dedicada a Cultura e tem por objetivo geral promover o desenvolvimento artístico, cultural, histórico e social da população. Associa-se ao comprometimento a elaboração e atualização e as formas de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico por meio de arquivos, inventários, tombamentos, desapropriações e adoção de planos e medidas de acautelamento e prevenção. Observa-se uma estratégia criada pelo município em relação à valorização do patrimônio existente, ao implantar incentivos fiscais aos proprietários de bens considerados de interesse público. Exemplo: o proprietário de uma edificação tombada recebe um índice construtivo (índice de aproveitamento) de 50% em relação ao terreno onde a edificação está inserida, ou seja, se ele for construir em um outro terreno poderá subir 50% a mais em altura ou poderá vendê-lo no banco de índice construtivo do município.

O Plano Diretor prevê a preservação da cultura de Caxias do Sul por meio de pesquisa, proteção e preservação do patrimônio existente, seja ele histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico; além de resgatar, proteger e consolidar o acervo de memória existente no município. Espera-se a elaboração de projetos e programas que incentivem a população a conhecer os bens culturais públicos e privados. O arcabouço técnico do PDM acerca do inventário destes bens, no primeiro, abordam-se os setores de interesse histórico, paisagístico e cultural; no outro, destacam-se os setores de interesse patrimonial e histórico- bens culturais. Nesta:

O Município poderá realizar obras de infraestrutura e prestar serviços, visando o acesso público e melhor utilização das áreas relacionadas [...], bem como de outros bens culturais, materiais ou imateriais de interesse público, mesmo que localizados em áreas privadas, desde que autorizado pelo proprietário (Caxias do Sul, 2007, s.p.).

O poder público municipal poderá incluir ou excluir os bens culturais à lista existente. Sua inclusão deverá ser por inserção cartográfica e por meio de ficha de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural. Esta deverá ser gerenciada pelo COMPAHC: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural⁴, que o avaliará.

⁴ COMPAHC- Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é composto por profissionais de várias áreas, que avaliam os bens culturais existentes e os que possam vir a ser. Fazem reuniões mensais para analisar os casos e por meio de votação dos membros escolhem a inclusão, permanência e exclusão dos bens. Este conselho também analisa as alterações previstas para os bens, seja pela prefeitura ou pelo proprietário.

Art. 61. A demolição, a reforma ou a alteração da forma ou da fachada dos prédios localizados e relacionados no Setor Especial do Centro Histórico dependerão de prévia análise e aprovação da comissão específica e permanente para proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 62. Todos os prédios, públicos ou particulares, igrejas, capelas, monumentos, obras, estátuas, praças e cemitérios com mais de 50 (cinquenta) anos não poderão ser demolidos sem parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC.

Destaca-se também no PDM acerca das Paisagens Notáveis. Essas relacionadas aos ambientes naturais ou edificados que podem estar localizados na área urbana ou rural, contanto que tenham valores históricos, culturais, históricos e ecológico, além dos reconhecidos pela comunidade. Foram separados os seguintes objetivos gerais da política municipal criada para as Paisagens Notáveis:

"I - implementar os instrumentos técnicos, institucionais e legais de gestão das paisagens notáveis; II - promover a conscientização e a participação da comunidade na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos das paisagens notáveis, como fator de melhoria da qualidade de vida, por meio de programas de educação ambiental e cultural; III - proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos; [...]VIII - fortalecer uma identidade urbana ou rural, promovendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental; eIX - proibir edificações e obras que comprometam o panorama visual ou que provoquem sua descaracterização. (Caxias do Sul, 2007, s.p.)

Aponta-se também nesta lei que o Município fará estudos e diagnósticos para, mais tarde, elaborar diretrizes paisagísticas das estruturas físicas e simbólicas dos percursos significativos. Apontará as possíveis transformações ou permanências das paisagens urbanas e rurais, criando graus de proteção. Os proprietários destas áreas terão o benefício assegurado de construção, porém transferindo os índices construtivos para outros locais. O desdobramento desses valores pragmáticos possibilita o entendimento do trato dado à questão territorial do patrimônio no município.

Notoriamente, as ações relacionadas com o cultural tem a dimensão local, conseqüentemente, refletem-se em composições e representações paroquiais entre seus atores locais. Quanto aos valores dos circuitos econômicos, não foram localizados aspectos que interferissem no desdobramento de sua apropriação cultural. Hierarquicamente, definem-se espaços opacos, em detrimento dos luminosos, no posicionamento dos atrativos turísticos culturais. A presença de atores externos financiadores de práticas locais não possibilitou uma sustentabilidade e independência de ação. De fato, observa uma dependência, e um prejuízo social e cultural com o fim desta parceria. Os projetos e ações, em muitos aspectos, encontram-se estagnados.

CONFIGURAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAXIAS DO SUL

Caxias do Sul é uma cidade fundada por imigrantes, predominantemente, italianos, como citado anteriormente. O patrimônio existente na cidade, é proveniente deste processo de colonização, desta forma, residências, capelas, comércio, indústrias, entre outros marcos, compõem o acervo cultural preservado do município.

O processo de tombamento é analisado pela Comissão Específica e Permanente de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural e o COMPAHC: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural⁵. Ambos têm função consultiva, cabendo o ato normativo e regulatório ao poder executivo. As entidades que fazem parte do COMPAC são: Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química; Câmara da Indústria e Comércio e Serviço de Caxias do Sul - CIC; Universidade de Caxias do Sul- UCS; União das Associações de Bairros; Sindicatos Reunidos; Instituto dos Arquitetos do Brasil- IAB, Associação dos Docentes da Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul, 2007, Fundodecultura, 2008). A sua composição visa atender aos aspectos da sociedade no seu contraponto memorial e técnico.

Atualmente, o município conta com 39 tombamentos: 36 edificações, dois monumentos e uma obra de arte . Destaca-se também uma edificação em processo de tombamentos: o antigo prédio industrial da Maesa, um aglomerado industrial caxiense, cuja maneira de preservação tem desdobrado um intenso debate na sociedade. Duas edificações, além do tombamento municipal, também tiveram o tombamento estadual do IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul). São eles o antigo Hospital Carbone- hoje o Arquivo Histórico da cidade e a Estação Férrea.

Compõem o acervo tombado, as Residências: Casa Saldanha (Avenida Júlio de Castilhos) e Casa da Família Scopel (atual Museu de São Brás), Casa de Pedra, Residência da Família Bedin (Rua Coronel Flores, São Pelerino), Residência da Família Scotti (atual Farmácia Central), Residência da Família Sassi (Avenida Júlio de Castilhos, Centro), Residência de Abramo Eberle (Rua Sinimbu, Bairro Centro), Antiga residência de Benvenuto Conte (Av. Júlio de Castilhos, Lourdes), Residências de Hercules Galló (Galópolis), Residência Cesa Valduga (esquina ruas Bento Gonçalves e Dr. Montaury). Edificações comerciais e institucionais: Museu Municipal (antiga Intendência e prefeitura municipal), Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (antigo Hospital Carbone), Patronato Agrícola (atual Apae), Antigo Banco Francês e Italiano para a

⁵ COMPAHC- Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é composto por profissionais de várias áreas, que avaliam os bens culturais existentes e os que possam vir a ser. Fazem reuniões mensais para analisar os casos e por meio de votação dos membros escolhem a inclusão, permanência e exclusão dos bens. Este conselho também analisa as alterações previstas para os bens, seja pela prefeitura ou pelo proprietário.

América do Sul (atual Banco Mercantil do Brasil), Antiga Cantina e Residência José Andreazza (Cantina Pão e Vinho), Sítio Ferroviários (Rua Dr. Augusto Pestana), Sede Social Recreio da Juventude (Pinheiro Machado, Centro), Clube Juvenil (esquina ruas Júlio de Castilhos e Marquês do Herval), Antigo Auto Palácio (rua Sinimbu, esquina com Guia Lopes), Antigo Armazém Fachini (Criúva), Antigo Cine Central (Avenida Júlio de Castilhos, Centro), Prédio A Toca, do Recreio da Juventude (esquina ruas Pinheiro Machado e Marquês do Herval) e Campus 8 (Antigo colégio de freiras Cabrini). Capelas e capitéis: Capitel de Mariana (Rua Matteo Gianella, Santa Catarina), Capela de Nossa Senhora do Rosário (bairro Charqueadas), Capela de São Roque (Fazenda Souza), Capela Santo Sepulcro (Avenida Júlio de Castilhos), Capela de Santa Lúcia (bairro Santa Lúcia), Igreja Matriz de Galópolis e Capela da Beata Virgem Maria da Rocca (São Virgílio da Sexta Léguas). Industrial: Moinho Sul-Brasileiro (atual Moinho da Estação), Moinho da Cascata (antigo Moinho Ítalo Brasileiro, bairro Marechal Floriano), Lanifício Matteo Gianella e Residência da Família (bairro Santa Catarina), Moinho Progresso (Rua Coronel Flores, São Pelegrino), Metalúrgica Abramo Eberle (Rua Sinimbu, Centro), Moinho de Cereais Boca da Serra e Moinho Nossa Senhora do Carmo (Criúva). Monumentos e obra de arte: Marco em Memória às Moças Operárias (pátio da empresa Gazola, bairro Petrópolis), Monumento Nacional ao Imigrante e Painel do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira (localizado na prefeitura) (Fundodecultura, 2008 e Jornal Pioneiro, 2012)

Destaca-se no Plano Diretor a categoria Paisagem notável. São estas, configurações urbanas com o intuito de utilização como atrativo turístico dentro do cenário urbano e rural e que mereçam ser preservadas. As categorias de análise foram: aspectos culturais, ecológicos, ambientais e que apresentassem alguma peculiaridade ou potencialidade em sua estrutura física. Os estudos, coordenados por arquitetos e urbanistas, resultaram em uma proposta encaminhada à Prefeitura Municipal para a seleção das Paisagens Notáveis. (Tonus, 2007).

[...] O Diagnóstico de Paisagens Notáveis, aponta a efetiva compreensão dos espaços abertos, indissociáveis das permanências edificadas que lhes são estruturantes, pela representação de seus usos e significados estéticos históricos que lhes conferem identidade.

Categorias morfológicas do espaço: as categorias morfológica estruturais são utilizadas para verificar as condições imagéticas das situações abordadas, e realizar os respectivos projetos de modo a garantir a permanência de uma boa qualidade de sua imagem, ou no sentido de transformá-la em uma melhor, procurando responder quais são as pedras fundamentais que constroem a configuração de qualquer espaço de natureza arquitetônica, definindo-se as permanências e as metamorfoses ocorridas durante sua evolução histórica e inferindo-se tendências de suas correspondentes transformações." (Tonus, 2007, p. 31)

As paisagens são compreendidas mediante a percepção visual e seus elementos de destaque como: volumetria, localização de pontos focais⁶ de orientação e de identificação da paisagem, essas percepções combinadas caracterizam os sítios e/ou conjuntos urbanos (Tonus, 2007).

ALGUMAS REFLEXÕES GERAIS

Na pesquisa, certos atores sociais ficam claros na definição do arcabouço legal relacionado ao patrimônio cultural de Caxias do Sul. Entre eles, o papel da prefeitura como articuladora política e técnica, aceitando e propiciando o envolvimento de outros se torna marcante. Destaca-se a direção dada pelas diretrizes da Comunidade Europeia (hoje, União Europeia) que financia instituições locais para a sua realização.

O Projeto Victur, desdobramento do programa Urb-AI, promovido pela Comunidade Europeia, define as diretrizes no trato do território e da paisagem. Dele direciona a valoração da Paisagem e do Patrimônio. Entretanto, ficam dúvidas quanto à motivação destes agentes externos, as condicionantes do financiamento, entre outras questões ideológicas e conceituais, embora, esta aproximação tenha uma certa naturalidade na Serra Gaúcha, principalmente em contar com ajudas diversas através do Governo da Itália.

O Projeto Victur apresentou uma série de indicadores que possibilitaram a participação de outros atores sociais, destacando o papel da Universidade de Caxias do Sul na elaboração dos estatutos poucos usuais na comunidade científica, e nos meios técnicos, no trato com o patrimônio cultural. Observa-se que muitos desses valores precisam de um melhor entendimento, atualizando-os e colocando-os em ordens funcionais. Na relação apresentada pelo poder municipal, o patrimônio tem duas vertentes estabelecidas: econômica e memorial. Ambas se fazem por um diálogo com os pares externos. Porém, não se estabelece uma perspectiva de ações que busquem extrapolar estes limites de realizações e posicionamento local.

O município, por uma construção histórica e econômica retrata-se como polo de desenvolvimento industrial. Estes, o qualificam em um marcante valor hierárquico, destacando algumas indústrias locais de projeção nacional, reforçando seu papel de formadora de centralidade econômica e urbana. Embora estes atores não tenha expressão agregadora intrinsecamente regionais, alguns destes mantêm expressões extrínsecas no cenário nacional, alicerçando o papel do local.

Entretanto, não se nota uma relação sinérgica desses aglomerados industriais e seus arranjos produtivos, com o patrimônio histórico-cultural local. Não se observam,

⁶ Pontos focais: análise da paisagem urbana através dos seis elementos de estruturação morfológica (logradouros, marcos, bairros, setores, bordas e roteiros) dentro do espaço urbano; são formas de qualificar os tipos de paisagens urbanas. Boullón (2002).

formas de favorecimento que associem os valores corporativos produtivos com os culturais. As vantagens dadas no trato patrimonial do PDM não se estendem em propostas culturais. Os incentivos não resultam em estímulo a uma indústria cultural. Suas ações construtivas e econômicas favorecem diretamente a indústria da construção civil do município, sem contrapartidas culturais.

REFERENCIAL

- Ashworth, G. J. & Tunbridge, J. E. (2000). *The tourist-historic city: retrospect and prospecto of managing the heritage city*. Pergamon, Albany (NZ).
- Baudelaire, C. (1997). *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru, SP: EDUSC.
- Caxias do Sul. (2014) *Prefeitura Municipal, dados da cidade*. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/cidade/> (acessado em junho de 2014)
- Caxias do Sul. (2007). Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Municipal*. Caxias do Sul: Disponível: http://www.caxias.rs.gov.br/uploads/planejamento/plano_diretor_lei.pdf (acessado em maio e junho).
- Christaller, W. (1964). Some Considerations of Tourism Location in Europe: The Peripheral Regions - Underdeveloped Countries-Recreation Areas. *Regional Science Association Papers*, 1964, v.12, pp.95-103.
- Costa, A. E. (2001). *Evolução da Arquitetura Industrial em Caxias do Sul: 1880-1950*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Da Mata, R. (1985). *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense.
- Durkheim, É. (1968). *As regras do método sociológico*. 6ed. Cia Ed. São Paulo: Nacional.
- Feyerabend, P. (1977) *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Frúgoli Junior, H. (1995). *Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Sesc e Marco Zero.
- Fundoprocultura. (2008). *Revista Memórias de Caxias do Sul: Pelo viés do patrimônio tombado*. Caxias do Sul: Grafilme.
- Giron, L. S. & Nascimento, R. F (2010). *Caxias Centenária*. Caxias do Sul: Educs.
- Harvey, D. (2004). *Espaço e Esperança*. São Paulo: Loyola.
- Henriques, C. (2003) *Turismo, cidade e cultura. Planejamento e gestão sustentável*. Lisboa: Silabo.

- Horkheimer, M. (1991). Teoria tradicional e teoria crítica. In. horkheimer, M. & Adorno, T. W. *Textos escolhidos*. 5ed. São Paulo: Nova Cultural, pp.31-68.
- IBGE (2010) População de Caxias do Sul Disponível:
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=430510> (acessado em junho de 2014).
- Jornal Pioneiro (2012). Caxias do Sul, 2012. Recuperado em 10 de fevereiro de 2014 de <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2012/04/campus-8-da-ucs-e-o-39-bem-tombado-pelo-municipio-em-caxias-do-sul-3726131.html>.
- Kirt, M. F. G. (2010): Um olhar de pai para filho. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2010.
- Lepetit, B (2010). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- Levi-Strauss, .C. (1975). *Totemismo hoje*. Vozes, Petrópolis: 1975.
- Machado, M. A. (2001) *Construindo uma Cidade: historia de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora.
- Magnani, J. G. C. (1984). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Magnani, J. G. C. (1996) Os pedaços do centro. In. *Revista Espaço e Debate*. n.17, ano 6, São Paulo:Núcleo de Estudo Regionais e Urbanos – Neru, pp.127-129.
- Magnani, J. G. C. (2005). Ruas, símbolos e suportes da experiência urbana. In. *Os urbanitas*. Revista Antropologia Urbana.
- Oliveira, F. V. O. (2003). *Capacidade de cargas nas cidades históricas*. Campinas: SP: Papipurs.
- Pellegrini Filho, A.(2000). Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada. São Paulo: Manole.
- Posenato, J. (1983). *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educ.
- Santos, M. (1997). *Metamorfose do espaço habitado*. 4ed, São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2004). *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ed. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2004b). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2ed. São Paulo, Edusp.
- Santos, M. (2004c). *Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ed. São Paulo: EdUSP.
- Santos, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp.
- Sartre, J-P. (1972). *Questão de método*. São Paulo, Dif. Européia.

Sassen, S. (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre, Artmed.

Tonus, J. W. (org.). (2007). *Victur: valorização do turismo integrado à identificação dos territórios*. Caxias do Sul (RS): Belas-letas.

UCS (2014). *Observatur: Observatório de Turismo e Cultural do Rio Grande do Sul. Histórico*. Recuperado em 02 de junho de 2014 de <http://hipnos.ucs.br/turismo/historico.php>

Weimer, G., Bertussi, P. I., Salvia, F. & Macedo, F. R. (1987). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Yáziqi, E. (2009). *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: Plêiade.